

O “Bandeirismo Paulista no ensino” e a modernização da escola primária no Brasil: entre a memória e a História¹

Paulistas Pioneers in the Brazilian education and the modernization of the Brazilian elementary school: dealing with memory and History

Rosa Fátima de SOUZA²

Resumo

Este texto problematiza as interpretações instituídas sobre a liderança de São Paulo na renovação educacional brasileira no período da Primeira República. A análise situa o problema no diálogo entre a memória e a história. A primeira parte do texto examina o modo pelo qual os educadores paulistas forjaram uma interpretação e uma memória sobre a excelência do aparelho escolar do estado. A segunda parte trata da disseminação dessa referência modelar considerando as representações desse modelo que circularam no país e as múltiplas trajetórias e vicissitudes que envolveram a atuação dos professores paulistas em várias localidades.

Abstract

This text problematizes the interpretations instituted on the leadership of São Paulo State in the Brazilian education renovation in the period of the first Republic (1889 – 1930). The analysis positions the problem within the dialogue between memory and history. The first part of the text examines the way in which the Paulista educators formed up an interpretation on the excellence of the state school apparatus. The second part deals with the spreading of this reference model taking into account the representations of this model which had circulated in the country and the multiple trajectories which involved the performance of the Paulista teachers in other places in the country.

-
- 1 Texto apresentado no I Colóquio de Investigações Comparadas sobre Grupos Escolares, realizado em São Luís – MA, em 2007.
 - 2 Professora adjunta do Departamento de Ciências da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP – Universidade Estadual Paulista, Campus de Araraquara. E-mail: <rosa@fclar.unesp.br> Endereço: Av. Dr. Waldo Barbieri, 41, Bloco V, apto. 14 14810-273 - Araraquara – SP Telefone: 16 3339-4204 / 9254-4880.

R. Educ. Públ.	Cuiabá	v. 20	n. 42	p. 123-143	jan./abr. 2011
----------------	--------	-------	-------	------------	----------------

1 - Considerações iniciais

Os estudos realizados na última década sobre a institucionalização da escola primária, especialmente sobre a história dos grupos escolares, têm contribuído para uma revisão aprofundada sobre o processo de modernização da educação elementar empreendido pelos governos de vários estados brasileiros ao longo da Primeira República.³

Essa produção tem posto em destaque, entre outros aspectos, o modo pelo qual políticos e administradores do ensino conceberam o grupo escolar como uma escola moderna que, reunindo vantagens econômicas e pedagógicas, seria capaz de concretizar o projeto republicano de educação popular. No exame da implantação dos grupos escolares, os estudos têm de diversos modos problematizado a participação dos professores paulistas no processo de reforma da instrução pública de várias regiões do país, apontando novos elementos para uma reflexão sobre a questão do modelo escolar de São Paulo como referência da modernização educacional nas primeiras décadas do século XX.

O propósito deste texto é interrogar a liderança de São Paulo na renovação educacional brasileira no início do período republicano situando a questão no diálogo entre a memória e a história e inserindo a análise na perspectiva das lutas de representações e da circulação dos modelos educacionais. Desse modo, o questionamento se volta para o modo pelo qual os educadores paulistas forjaram uma interpretação e uma memória sobre a excelência do aparelho escolar do estado e para o exame da disseminação dessa referência modelar considerando as representações desse modelo que circularam no país e as múltiplas trajetórias e vicissitudes que envolveram a atuação dos professores paulistas em outras localidades.

2 - O moderno aparelho escolar paulista

A reforma republicana da instrução pública implementada no estado de São Paulo, a partir de 1890, iniciou pela remodelação da Escola Normal e a criação da Escola-Modelo, pautando-se pelos cânones da modernização educacional. Na sequência, todo o ensino público foi reformado seguindo os princípios que associavam inovação educacional, valores republicanos e progresso social. Em

3 É bastante numerosa a bibliografia sobre a história da educação brasileira referindo-se aos grupos escolares. Apenas para exemplificar: Amâncio (2000), Bencostta (2001), Faria Filho (2000), Vidal (2006), Gonçalves (2004), Pereira (2005), Lopes (2001), Pinheiro (2002), Reis (2003), Gizele Souza (2004), Souza (1998), entre outros.

relação às escolas elementares, os grupos escolares foram criados em 1893 a partir da reunião das escolas preliminares⁴ com base na organização administrativa e pedagógica das escolas graduadas.⁵

Desde o início, os republicanos paulistas empenharam-se em construir uma memória e uma interpretação das realizações no âmbito da educação pública como uma obra eminentemente republicana. De fato, os governos do estado e os órgãos de administração da instrução pública valeram-se de inúmeras estratégias para dar visibilidade às realizações republicanas no campo da educação empregando práticas discursivas e simbólicas tais como: a elaboração de relatórios oficiais, a divulgação de artigos na imprensa, a construção de edifícios escolares monumentais, a publicação de impressos de variados tipos, a promoção de solenidades de inauguração das instituições modelares, a instituição das festas escolares e a realização de conferências públicas, entre outros expedientes. Todas essas iniciativas contribuíram para a reafirmação da educação paulista como um aparelho modelar. Nessa construção da memória os educadores exerceram um papel relevante utilizando a imprensa e os periódicos educacionais como meios de divulgação de interpretações sobre o passado recente da educação paulista e o pertencimento a uma dada tradição marcada essencialmente pela inovação pedagógica e pela modernização de todo o aparelho educacional.

Como demonstrou Catani (1994), coube aos administradores do ensino e ao grupo de professores vinculados à Associação Beneficente do Professorado Público a invocação de um período áureo da educação em São Paulo correspondente às primeiras reformas implementadas pelo novo regime político coincidentes com iniciativas de grande investimento na Escola Normal e na valorização dos professores.

A Escola Normal – celeiro de formação de gerações de professores sob o signo da inovação pedagógica – esteve no centro dessa interpretação. Relatos como os de João Lourenço Rodrigues foram próceres em estabelecer uma dada versão dos fatos reiterada inúmeras vezes por memorialistas e historiadores da educação ao longo do século XX. Dois textos desse autor são desse modo significativos: a Monografia Histórica da Escola Normal de São Paulo publicada no *Anuário do Ensino do Estado de São Paulo* (1907-1908), quando o autor ocupava o cargo de inspetor-geral da instrução pública e o livro *Um Retrospecto: alguns subsídios para a história pragmática do ensino público em São Paulo*.⁶ Reunindo

4 Denominação dada às escolas primárias organizadas como escolas singulares.

5 Lei n. 169, de 7.8.1893. Cf. São Paulo. Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo, 1893.

6 Essa obra de João Lourenço Rodrigues foi elaborada como uma memória em comemoração ao cinquentenário da Escola Normal da Capital. Para uma análise aprofundada sobre essa obra, ver Catani, 1994.

informações e recordações autobiográficas, a interpretação cunhada pelo autor demarcou a reforma de 1890 como instituidora da modernização educacional em São Paulo, exaltando a ação dos republicanos e entronizando a figura de Caetano de Campos como um pioneiro na inovação educacional. Isso é perceptível na seguinte afirmação de Rodrigues (190?, p. 91):

Os intuitos capitaes da lei n. 27, de 12 de março de 1890, que se distingue pela integralização do curso normal e pela feliz reforma das escolas annexas, convertidas em escolas-modelo, tiveram sua execução inicial sob a orientadora e efficaz influencia do Dr. Caetano de Campos. Os effeitos benéficos dessa lei se fazem sentir, até o presente, em pontos capitaes de nossa organização escolar.

O relatório apresentado por Caetano de Campos ao Presidente do estado em 1891 é publicado na Monografia como sendo uma “luminosa exposição”.

Assim como João Lourenço Rodrigues, muitos outros educadores paulistas compartilharam as representações positivas em torno da instrução pública como obra republicana. O depoimento de Pedro Voss ao jornal *O Estado de São Paulo* em 1914 em resposta ao *Inquérito sobre a situação do ensino primário e suas necessidades* é, desse modo, ilustrativo:

Iniciada logo nos primeiros dias da implantação do novo regime, a reforma completa do arcaico ensino público então em vigor e começando por onde devia começar, isto é, pela reorganização da Escola Normal e instalação da Escola Modelo, os fructos não se fizeram esperar. Da acção conjunta de Prudente de Moraes, Rangel Pestana, Caetano de Campos, Miss Marcia Browne e da louvável dedicação da geração normalista daquele tempo, cujo auxílio eficaz não se pode contestar, germinou essa planta que ainda hoje constitui o orgulho dos paulistas. (VOSS, 1914, p. 4).

Nas operações que instituíram a República como momento fundador da modernidade na educação paulista, alguns políticos e educadores foram entronizados na memória. Nomes como os de Prudente de Moraes, Bernardino de Campos, Jorge Tibiriçá, Cesário Motta, Caetano de Campos, Rangel Pestana, Miss Marcia Browne, Maria Guilhermina Loureiro de Andrade e Gabriel Prestes foram consagrados como os principais personagens da obra educacional republicana. No entanto, o papel atribuído a esses e outros atores esteve na dependência do relevo

dado a cada um pelas versões em pauta. A versão de José Feliciano de Oliveira na obra *O Ensino em São Paulo: algumas reminiscências* é um contraponto à narrativa de João Lourenço Rodrigues na tentativa de reabilitar o papel fundamental desempenhado por Gabriel Prestes na inovação educacional levada a termo em São Paulo no início do período republicano. Nas palavras do autor:

Gabriel Prestes não reclamou quando confundiram e ainda confundem sua grande obra persistente, no Jardim de infância, nas Escolas Modelos, na Escola Normal – com a primeira, incompleta, forçosamente incompleta iniciativa e acção do dr. Caetano de Campos, chamado ‘grande educador’. ‘Grande educador’ ou professor propagandista, médico e conferencista... Mas na instrução Pública, na Escola Normal sua acção é incomparavelmente inferior á de Gabriel Prestes. Hesitei longo tempo em vir a público dizer esta verdade – verdade de facto testemunhada, manifesta, com documentos públicos officiaes... – Não é cousa opinativa, de preferência pessoal. Não é alcandoramento de amigos e parentes. Não é espírito de partido ou de opposição que eleva uns para rebaixar outros. O só anno que vae de 1892 a 1893 – nos artigos do *Estado de São Paulo*, no Congresso, em sua acção na Escola Normal – basta para levantar a Gabriel Prestes uma herma igual, pelo menos, á de outros reformadores paulistas que se dedicaram á instrução publica... (OLIVEIRA, 1932, p. 17).

É fato que em 1913, João Lourenço Rodrigues publicou na *Revista de Ensino* uma homenagem laudatória a Gabriel Prestes na seção *Pantheon Escholar*.⁷ Mesmo assim, no livro *Um Retrospecto*, publicado em 1930, o autor reiterou a interpretação dada na *Monografia Histórica da Escola Normal de São Paulo*, publicada em 1908, edificando a figura de Caetano de Campos.

A despeito das disputas em torno da “versão legítima sobre os fatos”, as realizações do Poder Público no âmbito da educação no estado de São Paulo foram notabilizadas dentro e fora do estado.

Na transição do século XIX para o século XX, São Paulo foi considerado o centro da modernização educacional no Brasil. O progresso no campo da instrução pública aliava-se à prosperidade econômica do estado, alimentando as pretensões das elites paulistas pela liderança política do país.

7 Cf. *Revista de Ensino*, ano XI, n. 4, março de 1913, p. 3-14.

Em realidade, o que São Paulo ofereceu às demais regiões brasileiras foi a imagem de um aparelho escolar moderno, articulado, orgânico e bem sucedido. Tal imagem atraiu a atenção das autoridades políticas de outros estados empenhados no ideal republicano de reforma da educação popular. Os expedientes de visibilidade e reconhecimento multiplicaram-se: visitas comissionadas, viagens de estudo, elaboração e publicação de relatórios, circulação de impressos, livros e materiais didáticos.

O progresso e o pioneirismo de São Paulo no campo da educação encontravam lastro nos significativos índices de expansão do ensino público, na criação de novos estabelecimentos de formação de professores, na atuação expressiva da inspeção técnica, na organização pedagógica embasada nos princípios da moderna pedagogia, especialmente na adoção oficial do método intuitivo, na monumentalidade de algumas edificações escolares e na dotação material (mobiliário e materiais didáticos) com a qual algumas instituições modelares encontravam-se providas (a Escola Normal da Capital, as escolas-modelo e alguns grupos escolares).

As escolas normais e os grupos escolares foram as instituições mais expressivas desse progresso. E foi justamente a organização administrativa e pedagógica desses estabelecimentos que atraíram a atenção de políticos, intelectuais e educadores de outras regiões do Brasil.

Em São Paulo, como buscamos demonstrar em estudos anteriores (SOUZA, 1998, 2006), o sucesso dos grupos escolares foi inegável. Em 1929, já haviam sido instalados 297 grupos em São Paulo compreendendo 4.249 classes – 47 localizados na capital e 250 nas cidades do interior – responsáveis pela matrícula de 191.320 alunos, isto é, cerca de dois terços dos alunos matriculados nas escolas públicas primárias do estado.

O encantamento dos reformadores pelos grupos escolares explicava-se, pois, pelo significado dessas instituições nas representações sobre a relevância social e política da educação popular predominantes na Primeira República. Não por acaso, a implantação dessa escola modelar esteve no centro das proposições de reformas da instrução pública em vários estados brasileiros nas primeiras décadas do século XX. Nas mensagens presidenciais, nos relatórios de secretários do interior, de diretores e inspetores da instrução pública, nos artigos da imprensa regional e local, o tom laudatório é quase unânime ao exaltar os benefícios e a qualidade desse tipo de escola primária, como têm posto em relevo os estudos realizados na última década. À parte da eloquência e da retórica comuns nas práticas discursivas da época, o repertório de imagens simbólicas não deixa dúvidas. “Templos de civilização”, como se referia ao Grupo Escolar de Campinas o diretor Christiano Volkart. “Instrução, o talher para o banquete da civilização”, como se utilizou da expressão de Huxley, o diretor-geral da Instrução Pública

do Paraná, segundo afirmação de Gizele Souza (2004). Outras tantas imagens sobressaem nas investigações realizadas sobre o tema: "oficinas que modelam almas", "batismo luminoso da instrução", "grandioso melhoramento", "templo do ensino moderno", "antídoto contra o vício", "templo de luz e saber", "símbolo do progresso, da modernização e da cultura". (REIS, 2003; PINHEIRO, 2002; LOPES, 2001; SOUZA, 2006).

Contudo, a implantação dos grupos escolares implicava efetivamente em elevados custos financeiros. Por isso, a difusão desse tipo de escola primária pelo Brasil foi lenta no início do século XX. Apenas aqueles estados de maior prosperidade econômica lograram a implantação de uma rede de grupos escolares. De fato, na maior parte do país, a difusão da educação popular ocorreu nas primeiras décadas do século XX pelo concurso das escolas isoladas e reunidas.

Talvez, essa seja uma das razões pelas quais o aparelho escolar paulista tenha se fortalecido como referência modelar. Mas, até que ponto, essa representação de excelência e modernidade não serviu como prática discursiva para justificar as propostas de reforma e a atuação modernizadora dos governos de alguns estados?

Dentro do estado de São Paulo as estratégias de visibilidade e de construção da memória estiveram entrelaçadas de inúmeras formas reforçando a autoimagem positiva e exultante da educação paulista. Alguns exemplos são elucidativos, como é possível verificar em determinadas matérias publicadas nos *Anuários do Ensino do Estado de São Paulo* e nas *Revistas de Ensino* - dois importantes periódicos que circularam na Primeira República.

Os Anuários foram criados pela Inspeção Geral da Instrução Pública com a finalidade de divulgar os avanços da educação no estado oferecendo informações sobre o conjunto do aparelho escolar por meio de estatísticas atualizadas. (Cf. CATANI, 1994 e CASTRO, 2000). Para além dos dados detalhados sobre o número de escolas, professores, alunos matriculados e aprovações, o periódico transcrevia os relatórios anuais dos inspetores gerais prestando contas ao Presidente do estado das atividades desenvolvidas assim como o balanço avaliativo dos problemas e soluções encaminhadas. Registrava também prescrições administrativas e pedagógicas, debates sobre a renovação do ensino, relatórios de inspetores escolares e diretores de escolas, fotografias e descrições da rede de estabelecimentos escolares.

Todo esse manancial de dados buscou inscrever a memória e a história da educação pública paulista. Algumas inscrições são particularmente significativas. Nos Anuários do Ensino do Estado de São Paulo referentes aos anos de 1907-1908 e 1909-1910 inúmeras páginas foram consagradas às instituições modelares do estado. Fotografias da Escola Normal, das escolas-modelo e dos grupos escolares seguidas de informações sobre a criação e instalação de cada estabelecimento de

ensino, o número de alunos, a composição do corpo docente e administrativo e as condições dos edifícios traçaram um quadro revelador do empreendedorismo do Poder Público no campo da educação. No Anuário de 1914 também foram registradas inúmeras fotografias de grupos escolares instalados no interior do estado. Tais registros constituem um inegável memorial sobre as escolas republicanas. No âmbito das atividades escolares, sobressai, por exemplo, o minucioso relato sobre o movimento do escotismo escolar no início da década de 1920.⁸

A Revista de Ensino, órgão da Associação Beneficente do Professorado Paulista, destinava-se à atualização dos professores mediante a difusão de indicações pedagógicas e discussões relacionadas ao ensino. Duas seções dessa revista exemplificam como os professores colaboraram com a construção da memória da educação pública paulista e para a consagração da representação de sua excelência. A seção “Os nossos edifícios escolares” notificava a instalação de escolas normais, escolas complementares e grupos escolares, dando destaque à estrutura física dos edifícios e à descrição pormenorizada das solenidades de inauguração, incluindo a programação dos eventos e os discursos proferidos. Na seção “Homenagens” e “Pantheon Pedagógico” eram publicadas resenhas, memórias, biografias e textos em homenagens a professores de destaque, políticos que contribuíram com a educação pública e pedagogos de renome internacional. Entre essas personagens merecedoras de reconhecimento e tributo foram homenageados Alberto Sales, Remigio Cerqueira Leite, Romão Puiggari, João Kopke, Manoel Chaves, Arnaldo de Oliveira Barreto, Canuto Ribeiro do Val, Barão do Rio Branco, Gabriel Prestes, Alfredo Binet, Augusto Guilherme Frederico Froebel, Olympio Catão, Bernardino de Campos, Alfredo Bresser da Silveira, entre outros.⁹

A construção da memória e da história do campo educacional de São Paulo se fez por meio de múltiplas narrativas e registros. Se por um lado muitas delas reafirmam a referência modelar da educação paulista, outras, por outro lado, revelam um contundente contraponto colocando em evidência um conjunto de problemas de grande amplitude e complexidade. A face pouco auspiciosa da modernização e excelência do aparelho escolar paulista foi continuamente problematizada e denunciada pelos educadores na imprensa e periódicos educacionais.

Em 1914, no Inquérito sobre a Instrução pública promovido pelo jornal *O Estado de São Paulo*, vários educadores criticaram a falta de uniformidade e unidade do ensino público.

8 Cf. Anuário do Ensino do Estado de São Paulo, 1908, 1910, 1914, 1922.

9 Cf. Revista de Ensino, 1902-1918.

Em 1920, o minucioso recenseamento escolar dirigido por Sampaio Dória estampou a gravidade do analfabetismo infantil em São Paulo. Das 547.975 crianças de 7 a 12 anos (idade escolar) residentes no estado, apenas 175.830 freqüentavam escolas públicas e particulares (o que correspondia a 31,6%). O restante, isto é, 69,4% da população escolar, o equivalente a 372.141 crianças, não frequentava escolas. (DÓRIA, 1920).

Apesar desse quadro pouco lisonjeiro, as vicissitudes da educação paulista não chegaram a denegrir a imagem consolidada em torno das instituições modelares existentes nesse estado. Durante toda a Primeira República, e mesmo depois, a participação de professores paulistas em processos de reforma da educação pública continuou a ser requisitada em diferentes regiões brasileiras. O papel desempenhado por esses professores na circulação de modelos educacionais e na difusão da pedagogia moderna requer estudos aprofundados. Nos limites deste texto, nosso intuito é apresentar algumas considerações iniciais sobre o problema.

3 - As missões dos professores paulistas pelo Brasil

Em 1902, a visita comissionada do inspetor escolar mineiro Estevam de Oliveira a São Paulo para conhecer a organização escolar do estado foi notificada pelo jornal *O Estado de São Paulo* como expressão contundente da importância do aparelho escolar paulista como referência nacional. Segundo Isobe (2004), no relatório apresentado ao governo de Minas sobre a visita feita a São Paulo, o inspetor destacava o "estupendo e admirável progresso em matéria de ensino público" observado nesse estado, e em relação aos grupos escolares afirmava ter ficado "deslumbrado com o espetáculo de ordem, civismo, disciplina, seriedade e competência" verificada na organização dessas escolas na capital paulista. Das impressões e apropriações colhidas na visita feita a São Paulo e ao Rio de Janeiro, o inspetor mineiro arrolou proposições sobre a direção que deveria seguir a reforma da instrução pública em Minas Gerais.

Visitas comissionadas e viagens de estudos a São Paulo, realizadas por educadores de outras regiões do país, foram muito frequentes no início do século XX. Gisele Souza (2004) ressalta com detalhes as inúmeras ocorrências desse tipo empregadas por educadores paranaenses. Segundo a autora, em 1904, o diretor da Instrução Pública do Paraná, Victor Ferreira do Amaral e Silva, visitou vários estabelecimentos de ensino do estado de São Paulo. No mesmo ano, a Professora D. Maria Francisca Correia de Miranda foi comissionada para estudar em São Paulo a organização do Jardim de Infância e o método de Froebel. Essa professora foi posteriormente nomeada diretora do primeiro Jardim de Infância do Paraná.

Em 1907, duas normalistas, as professoras Carolina Pinto Moreira e Francisca Correia de Miranda, foram comissionadas pelo governo do Paraná para estudarem a organização das escolas primárias e o método do Jardim de Infância respectivamente. De volta ao Paraná, as professoras levaram mapas, cartilhas, livros de leitura e outros materiais modernos de ensino (G. SOUZA, 2004). Em 1912, o Professor Claudino dos Santos viajou para São Paulo para “estudar a organização do ensino público naquele adiantado e próspero Estado” e trazer ensinamentos para o Paraná como notificou a imprensa paranaense na época (Cf. G. SOUZA, 2004, p. 38). A autora registra mais uma missão de professores paranaenses enviada a São Paulo em 1916.

Outro exemplo é assinalado por Nascimento (2006) em relação ao estado do Sergipe. Segundo o autor, em 1931, o diretor da Instrução Pública Helvécio de Andrade autorizou a viagem do professor José Augusto da Rocha Lima a São Paulo a fim de estudar os novos métodos e processos pedagógicos e adotá-los em Sergipe.

Não obstante, os governos de vários estados brasileiros preferiram utilizar outros expedientes considerados mais efetivos para promoverem a modernização da instrução pública preconizando a contratação de professores paulistas para atuarem diretamente na reorganização da educação ocupando cargos de direção, fosse da Inspeção (ou Diretoria) Geral, fosse da Escola Normal ou dos grupos escolares. Os relatórios de viagens, a cópia dos regulamentos, os materiais de ensino trazidos das viagens de estudos revelavam-se insuficientes. Era preciso contar com o exemplo cotidiano, a atuação persistente de profissionais legitimados pela experiência adquirida pela formação intelectual e prática na Escola Normal e na Escola-Modelo e no desempenho do ofício da profissão nas escolas públicas modelares.

Os presidentes dos estados interessados em “importar” professores paulistas encarregaram-se das intermediações políticas. Solicitavam ao governo de São Paulo a indicação de seus melhores professores. As negociações se estendiam – quem indicar? Que intrépido e destemido professor se interessaria pela honrosa e desafiante tarefa? Qual o critério da indicação – competência, interesse, experiência, disponibilidade, laços de amizade e sociabilidade, apadrinhamento político?

Desde o início, o comissionamento dos professores para outros estados foi saudado como expressão do orgulho regional, traços do progresso e da importância de São Paulo no país. As “missões de professores” eram noticiadas na imprensa e nos periódicos educacionais.

Em 1911, a Revista de Ensino publicou uma nota intitulada “Honrosas comissões de professores paulistas” anunciando o convite feito a um professor para

chefiar a comissão encarregada de reformar as escolas de aprendizes marinheiros: “O Sr. Arnaldo Barreto desempenhou-se da honrosa comissão com toda a competência, que todos lhe reconhecemos, merecendo do illustre Sr. Ministro da marinha as mais elogiosas referências.”¹⁰ Na mesma nota comentava o retorno do professor Carlos Silveira de Sergipe e a partida de mais uma comissão de professores para o Mato Grosso.

Em 1914, mais uma nota sobre a “missão paulista em Santa Catarina” registrava o recebimento do regimento interno e dos programas dos grupos escolares desse estado, fruto do trabalho do Sr. Orestes Guimarães. A nota ressaltava: “Por elles [regimento e programas] se vê a proficiência com que o distinto educador paulista tem tratado da organização do ensino publico catharinense, honrando ainda uma vez, a digna missão que vem exercendo.”¹¹

Por motivos ainda não totalmente esclarecidos, a missão de Orestes Guimarães¹²

recebeu um grande destaque na imprensa paulista e teve uma enorme repercussão no magistério. Isso é perceptível no longo artigo publicado no jornal *O Estado de São Paulo* em 1914 fazendo a apologia da atuação dos professores na reforma da instrução pública em Santa Catarina:

O sr. Vidal Ramos conhece o nosso ensino melhor talvez do que não poucos dos cavalheiros que legiferam contra elle (...) Como quer seja, resolvida a remodelação do ensino no seu Estado, o sr. Vidal Ramos pediu ao governo de São Paulo, alguns professores, a um dos quaes caberia o encargo de chefiar a missão e collaborar directamente na obra empreendida. A escolha recahiu no sr. Orestes Guimarães e dois ou três companheiros, que para lá seguiram. Desse primitivo grupo só se tem mantido no posto o seu chefe; os demais voltaram de pressa, foram substituídos por outros que também não se demoraram, e actualmente os que lá se acham são já os da terceira ou quarta remessa. Hoje, passados uns três annos apenas, o pequeno Estado

10 Cf. Revista de Ensino, ano X, n. 3, dez. 1911, p. 225.

11 Cf. Revista de Ensino, n. 2, 1914, p. 57.

12 De acordo com Silva (2006), Orestes Guimarães foi contratado inicialmente (entre 1907 e 1909) para dirigir o Colégio Municipal de Joinville. No desempenho desse cargo estabeleceu contatos com figuras públicas importantes de Santa Catarina, o que lhe valeu o cargo de inspetor geral da instrução pública em 1910. Na direção do ensino, Orestes Guimarães liderou a reforma educacional de 1911, considerada uma das mais importantes reformas realizadas nesse estado durante a Primeira República.

do Sul, fornece, à respeito de instrução, um belíssimo exemplo. Possui uma Escola Normal, em Florianópolis, modesta mas provida de tudo que é essencial, num bom edifício, cuja amplitude e arquitetura são os primeiros atestados do carinho que o assumpto merece do governo. [...] Finalmente, crearam-se sete grupos escolares, em tudo moldados pelos melhores de São Paulo, instalados em amplos e sólidos edifícios, especialmente construídos alguns, outros completamente reformados. (*O Estado de São Paulo*, 15/2/1914, “A Instrução pública e a missão de professores paulistas”, p. 1).

As missões de professores atuando em outros estados constituíam, pois, o reconhecimento público em âmbito nacional da grandeza e relevância das realizações educacionais levadas a termo em São Paulo. E para o magistério paulista, significavam mais um elemento do prestígio social da categoria. Por isso, na *Polyanthéa* comemorativa do Centenário do Ensino Normal em São Paulo (1846-1946) destaque especial foi dado à atuação dos professores paulistas que realizaram missões e organizaram serviços em outros estados brasileiros e fora do país. No capítulo intitulado “Bandeirismo” as missões de professores são apresentadas como uma decorrência do prestígio da escola normal, acontecimentos marcantes de valor histórico, além de fator de orgulho regional e de demonstração incontestada da liderança educacional do estado de São Paulo.

O bandeirismo no ensino constitui também uma fase da história paulista e é, sem dúvida alguma, reflexo da escola normal. No centenário do estabelecimento de ensino, síntese de toda uma brilhante evolução da cultura, forjaram-se as primeiras armas didáticas e dele saíram os primeiros combatentes.

Com isso todavia, não se salda a dívida com a História da educação, visível dos quadrantes e rumos brasileiros.

Justo e natural, pois, virem os governos de outros Estados solicitar, como no tempo das bandeiras, o contingente paulista para a cruzada da instrução.

Infelizmente nenhum curioso e nenhum historiador se resolveu a organizar o documentário dos novos bandeirantes. [...] (POLYANTHÉA, 1948, p. 69).

De acordo com o texto, professores paulistas atuaram em várias localidades do Brasil: Acre, Piauí, Pará, Pernambuco, Ceará, Alagoas, Sergipe, Espírito Santo,

Minas Gerais, Santa Catarina, Goiás, Território de Ponta Porá, Distrito Federal.¹³ O relato de algumas dessas missões registrado no texto deixa entrever com bastante evidência a tentativa de consagração de uma memória inscrita exclusivamente pela exaltação do mérito e do êxito individual e pelo apagamento dos embates, das divergências e dos fracassos em jogo na atuação dos professores paulistas. A narrativa elege a coragem, a determinação, a competência, enfim, as grandes virtudes características do magistério “bandeirante”. Isso é notável, por exemplo, no relato acerca da atuação do professor Orestes Guimarães em Santa Catarina.

A instrução publica de Santa Catarina resume em si o trabalho notável de Orestes de Oliveira Guimarães. De toda a obra que honra o professorado normalista sobressai-se esta de modo inconfundível. Fazer, pois, o esboço do que foi a influencia dos métodos de ensino propagados por São Paulo, no Estado sulino, é traçar em cores vivas a biografia deste grande educador. (POLYANTHÉA..., 1948, p. 69).

A trajetória de Orestes Guimarães é assinalada para comprovar o seu pertencimento à “plêiade de professores de grande relevo” que atuaram no estado de São Paulo. Convidado pelo governador de Santa Catarina para reformar a educação desse estado, o professor paulista, segundo a versão da Polyanthéa (1948), não mediu esforços em desempenhar sua honrosa tarefa disseminando no solo catarinense a inovação educacional nos moldes da educação de São Paulo.

13 O texto registra a relação de professores que atuaram nos seguintes estados: no Acre: Paulo de Carvalho, Leonte Fernandes de Andrade Só, Filipina Leopoldo de Andrade Só. No Pará e Distrito Federal: Sud Mennucci. No Piauí: Luiz Galhanone. No Distrito Federal, Ceará e Governo Federal: Lourenço Filho. Em Pernambuco: José Ribeiro Escobar, José Scaramelli, Fabiano Lozano. Em Alagoas, Luis de Toledo Piza Sobrinho. Em Sergipe, Carlos da Silveira. No Espírito Santo, Carlos Alberto, Gomes Cardim, Carlos Alberto Gomes Cardim (Filho), Rafael Grisi. Em Minas Gerais, Sebastião de Faria Zimbres. No Paraná, César Martinez, Seretonio Bittencourt Junio, Rubens de Carvalho, Henrique Antonio Ribeiro. Em Santa Catarina, Orestes Guimarães, Cacilda Rodrigues Guimarães, Henrique Gaspar Midon, José Donato Verano Pontes, Sebastião de Oliveira Rocha. Em Goiás, Humberto de Souza Leal. No Mato Grosso, Gustavo Kuhlmann, Leovigildo Martins, Rubens de Carvalho, Almeida Junior, Aurora Coelho, José Antonio Rizzo. No território de Ponta Porá, Leônidas Horta de Macedo, Rafael Grisi. Registra ainda a missão de professores a serviço da Marinha de Guerra chefiada por Arnaldo Barreto tendo como auxiliares Teodorico de Oliveira, Liberalino de Oliveira, Waldomiro Prado da Silveira, Lutgardes de Castro, Arco e Flexa, Cimbelino de Freitas, Luiz Américo Introine, Aníbal Sadocco, Sud Mennucci, Rolim Amaral, Pinheiro Machado, Renato Braga e Phydias Martins Bonilha. Em relação aos professores comissionados ou em missão cultural no exterior: Noemi Silveira Rudolfer (Estados Unidos, Bolívia e Paraguai), Iolanda Caçapava Gama (Paraguai e Uruguai), Jovino Macedo (Paraguai), Maria Aparecida Barbosa (Paraguai).

Na narrativa da Polyanthéa, Orestes Guimarães converte-se no típico bandeirante paulista do ensino bem sucedido cujas qualidades – enérgico, trabalhador, entusiasta, lutador infatigável – honravam o seu estado natal.

A narrativa sobre a missão de professores na Escola de Aprendizes Marinheiros também reforça as virtudes do magistério de São Paulo. De acordo com o texto, disposto a elevar o nível moral dos marinheiros, o almirante Marques Leão decidiu solicitar ao governo de São Paulo professores para a execução dessa difícil tarefa. O professor Arnaldo de Oliveira Barreto – “mestre e educador notável”, “verdadeiro técnico no assunto” – foi o indicado para coordenar uma equipe formada pelos professores Waldomiro Silveira, Renato Braga, Cimbélino de Freitas e Evonio Marques. Além da competência e do tirocínio pedagógico, o grupo levou consigo um “intenso entusiasmo”. Na escola de aprendizes, os professores paulistas adotaram a organização do grupo escolar de São Paulo, desde os programas até os processos e métodos de ensino e a assistência moral.¹⁴

Quando do primeiro exame compareceu o próprio ministro que levou consigo o presidente da Republica. O êxito foi incontestável e brilhante. Além dos elogios do almirante Marques Leão, receberam o professor Arnaldo Barreto e seus auxiliares, elogios do presidente da República em Ordem do Dia. (...)

Em todos os logares, pois, em que se colocaram professores de São Paulo nas escolas de aprendizes os resultados foram surpreendentes. E segundo informações de vários desses professores a oficialidade, a princípio desconfiada, entrou logo em contacto cordial de onde se originaram solidas amizades. (POLYANTHÉA ..., 1948, p. 72).

Desse modo, a narrativa construída pela Polyanthéa personifica e individualiza a perspectiva histórica transformando agentes educacionais em “personagem da história da educação regional e nacional”. Nessa operação, a competência profissional é associada ao conhecimento dos processos pedagógicos adquirido na formação, isto é, na escola normal e pela prática, o que tornava os professores paulistas “verdadeiros técnicos no assunto”. De fato, muitos desses professores

14 De acordo com a Polyanthéa (1948), face aos resultados bem sucedidos, a Marinha autorizou o professor Arnaldo a contratar novos mestres paulistas: Possidonio Sales, Wenceslau Arco e Flexa, Armando Madureira, Afonso Porto, Licurgo Pereira Leite, Sud Mennucci, Roberto Teixeira Pinto, Raul Felix Meira, Liberalino de Oliveira, Alfredo Ferreira, Jeremias Sandoval, Melchior do Amaral Melo, Henrique Meira, Américo Introini, Phidias Martins Bonilha, etc.

eram normalistas e tinham atuado na Capital ou no interior de São Paulo como professores primários e diretores de grupos escolares e escolas normais.

A exaltação se repete nos episódios seguintes. Em relação à reforma do ensino público em Goiás, o texto enaltece a atuação do professor Humberto de Souza Leal formado em 1914 pela Escola Normal Secundária de São Paulo e na ocasião, isto é, em 1929, ocupando o cargo de diretor do grupo escolar Dr. Almeida Vergueiro, em Espírito Santo do Pinhal. O texto assinala as dificuldades enfrentadas pelo professor Humberto em Goiás – a precariedade das instalações e prédios onde funcionavam as escolas e grupos e a falta de orientação didática –, e aponta as duas medidas de grande valor tomadas por ele: o provimento às escolas de material didático e a reunião na Capital, periodicamente, de todos os professores e diretores dos grupos e outras escolas, a fim de tomarem conhecimento das novas orientações pedagógicas. Desse modo, esses profissionais “ficariam conhecendo os melhores métodos empregados nos grandes centros culturais sobre as atividades escolares.” (POLYANTHÉA, 1948, p. 72). O reformismo inovador é a marca do bandeirismo paulista evidenciado na Polyanthéa.

Na descrição das atividades desenvolvidas por Carlos Silveira em Sergipe (1911), Cesar Prieto Martinez no Paraná (1920-1924), José Ribeiro Escobar em Pernambuco (1929), Luis Galhanome no Piauí (1927) e Paulo Novais de Carvalho no Território do Acre (1942) o texto enfatiza o conjunto das iniciativas e inovações adotadas. Evidentemente, a orientação técnica, didática e administrativa implementada estava em consonância com os procedimentos em uso no ensino público de São Paulo: o regimento das escolas, os programas de ensino, a organização pedagógica, a disciplina escolar, as orientações metodológicas, a inspeção técnica, os materiais didáticos, as diretrizes para a formação dos professores, a organização da escola normal e da escola-modelo, os critérios para construção e funcionamento dos edifícios escolares, entre outros aspectos. No entanto, a adoção de todas essas medidas em realidades diversas implicava em adaptações e no enfrentamento de dificuldades e oposições sistemáticas ficando mais no plano das prescrições do que das práticas.

Desse modo, pode-se dizer que o bandeirismo paulista foi transposto para a educação reafirmando os mesmos princípios norteadores da construção histórica regional que no final do século XIX erigiu os bandeirantes como sinônimos do empreendedorismo dos paulistas – homens de liderança, desbravadores destemidos, modelos de virtude e heroísmo – e converte a “epopeia bandeirante” numa narração que vincula a história de São Paulo como expressão da história nacional (ABUD, 1999). O “bandeirismo paulista no ensino” é, assim, uma obra de notáveis educadores que, trabalhando na reforma da instrução pública em vários estados brasileiros, disseminaram a modernização educacional pondo

em destaque a influência dos métodos de ensino propagados por São Paulo e a excelência de suas instituições modelares.

Em outra direção, historiadores da educação têm colocado em evidência outros aspectos envolvidos na atuação desses “mediadores do moderno”, como a eles se referiu Carvalho (2003), tecendo assim, interpretações mais críticas e problematizadoras.

No estudo sobre a reforma dirigida por Fernando de Azevedo no Distrito Federal entre 1927 e 1930, Piletti (1982) descreveu as críticas levantadas pela imprensa carioca contra o Diretor-Geral da Instrução Pública e principalmente à sua iniciativa de realizar o recenseamento escolar. As oposições intensificaram especialmente quando Fernando de Azevedo convidou o professor paulista Sud Mennucci para coordenar tal atividade. A esse respeito, um articulista do jornal *A Manhã* teceu o seguinte comentário:

A resolução irrefletida do novo diretor de dar início imediato a outro recenseamento sem indagar se o trabalho encontrado satisfazia, sem procurar conhecer tudo quanto de importante tem sido feito pela Diretoria de Estatística da Prefeitura, dirigida por funcionário especializado na matéria, produziu desalentadora impressão. A descrença cresceu quando se soube que vinha de São Paulo desconhecido professor, absolutamente alheio ao funcionalismo da municipalidade, para dirigir os serviços do censo escolar. O Sr. Azevedo iniciava, assim, a administração, cometendo um abuso de autoridade ostensivo (...), não quis absolutamente entender-se com os técnicos oficiais do ensino – os inspetores escolares e, ilegalmente, absolutamente, com uma desconsideração sem precedentes, colocou-os sob a direção de pessoa estranha à administração, apontada como especialista na matéria, mas que, os fatos estão demonstrando, veio aprender, à custa da experiência dos inspetores, o modo que se deve fazer o censo da população infantil. (apud PILLETTI, 1982, p. 37).

Tanto Fernando de Azevedo como Sud Mennucci eram vistos como estranhos no campo educacional do Rio de Janeiro e a posição de poder ocupada por eles na administração da educação, propondo e colocando em ação as mudanças no ensino, provocou inúmeros conflitos e resistências.

Sobre a atuação dos professores Leowigildo Martins de Mello e Gustavo Kuhlmann, contratados por Pedro Celestino para reorganizarem a educação no estado de Mato Grosso, Amâncio (2000) mostra a trajetória conturbada vivida por esses

dois professores na direção da instrução pública mato-grossense. Assumindo o papel de “especialistas” e agentes modernizadores, os dois mestres buscaram imprimir na educação pública desse estado a orientação adotada nas escolas paulistas. No entanto, enfrentaram oposições e discordâncias e travaram inúmeros debates públicos.

Por onde passaram os professores paulistas, Santa Catarina, Sergipe, Piauí, Paraná, entre outros estados, investidos da autoridade conferida pelo cargo e pela competência decorrente da experiência adquirida por meio dos “bons exemplos” vivenciados no exercício do magistério, eles buscaram moldar a instrução pública em conformidade com a referência modelar de São Paulo. Em que medida eles foram bem sucedidos? As inovações foram incorporadas nas salas de aula?

Em 1911, o Presidente do estado de Sergipe, José Rodrigues da Costa Dória, contratou o professor paulista Carlos Silveira para atuar na implantação da reforma da instrução pública desse estado. De acordo com Crislane Azevedo (2006), parte da imprensa sergipana manifestou-se contrária à vinda desse professor questionando a preferência de um externo ao estado para liderar a instrução pública ao invés da priorização de um sergipano. De todo modo, a passagem de Carlos Silveira por Sergipe foi bastante rápida e marcada por desentendimentos desse professor com autoridades públicas da capital sergipana. O retorno malgrado de Carlos Silveira foi noticiado na Revista de Ensino com o seguinte comentário:

Infelizmente, porém, não pode ver terminada a tarefa, por motivos independentes de sua vontade: a mudança de governador operada naquele Estado veio embarçar o prosseguimento de tão patriótica empreitada. Entretanto, o que lá ficou feito, é bastante para demonstrar o quanto seria profícua para a instrução pública do Sergipe a acção do Sr. Dr. Carlos da Silveira, si lhe fosse permittida a execução do seu bem eleaborado programma.¹⁵

Em relação ao estado do Paraná, G. Souza (2004) afirma que desde 1914 fora cogitada a contratação de uma missão de professores paulistas para organizar o ensino público do Paraná. O debate na imprensa dividiu posições: o grupo favorável via a contratação como uma necessidade alegando que ela representava economia de tempo e a experiência reconhecida como modelar. O grupo contrário preferia “prata da casa”, o que demonstraria a valorização do magistério paranaense.

Em 1920, Cesar Prieto Martinez, diretor da Escola Normal de Pirassununga (SP), assumiu a Inspeção-Geral do Ensino do Paraná com a incumbência de

15 Cf. Revista de Ensino, ano X, n. 3, dez. 1911, p. 226.

reformular o ensino. Como mostra a autora, a atuação desse professor foi motivo de constantes críticas e oposições dos educadores e políticos.

O mesmo ocorreu no Piauí, como mostra o estudo de Lopes (2001) em relação ao trabalho desenvolvido por Luiz Galhanome na cidade de Parnaíba em 1927. Contratado pelo Poder Municipal para reformar a instrução pública do município, o professor paulista buscou modernizar a educação adaptando o modelo escolar de São Paulo para as condições locais. Entre suas iniciativas, destacam-se a reorganização do Grupo Escolar Miranda Osório, da Escola Normal e do Ginásio. Além disso, a adoção de novos programas de ensino, a introdução de metodologias modernas e a criação do escotismo escolar. No entanto, as medidas do reformador provocaram reações e conflitos denunciados na imprensa.

Os exemplos arrolados acima mostram a outra face do “bandeirismo paulista no ensino” e sugerem outras possibilidades para a interpretação histórica acerca da modernização da educação popular no Brasil na primeira metade do século XX.

4. Considerações finais

O que dizer sobre os resultados das reformas da instrução pública levadas a termo pelos governos estaduais ao longo da Primeira República, pressupondo a modernização da educação primária pela implantação dos grupos escolares contando com o auxílio ou não dos professores paulistas?

No início da década de 1930, na maioria dos estados do país, os grupos escolares compreendiam um número restrito de escolas, criados e instalados pelos governos estaduais para servirem de “vitrines da educação pública”, nos termos assinalados por Silva (2006). Em 1940, para uma população estimada em 41.236.315 habitantes, havia no país 67,2% de analfabetos (SOUZA, 2006).

Somente em meados do século XX, a rede de grupos escolares multiplicar-se-ia em boa parte do país. Desse modo, em quase todo o Brasil, a experiência de escolarização da infância permaneceria de modo expressivo, sendo efetuada pelas escolas isoladas urbanas e rurais e escolas agrupadas.

As considerações tecidas neste texto servem como uma observação cautelar para os pesquisadores interessados na história do ensino primário de modo a não se deixarem seduzir pelas representações entusiásticas em torno dos grupos escolares e da educação paulista como referência. Afinal, o sucesso dessas instituições não estaria assim na força de sua representação como escola modelar? Não estaríamos, pois, diante de um exemplo da difícil separação entre tradição e inovação de que nos fala Peter Burke, em que, “às vezes, a inovação aparente esconde a persistência da tradição; outras vezes, a continuidade aparente disfarça inovações”? (BURKE, 2007, p. 20).

5. Referências

- ABUD, Kátia M. A idéia de São Paulo como formador do Brasil. In: FERREIRA, Celso; LUCA, Tânia (Org.). **Encontros com a história: percursos históricos e historiográficos de São Paulo**. São Paulo: Ed. UNESP, 1999. p. 71-80. (Prismas).
- AMÂNCIO, L. N. B. **Ensino de leitura na escola primária do Mato Grosso: contribuição para o estudo de aspectos de um discurso institucional no início do século XX**. 2000. Dissertação (Doutorado em Educação) - UNESP, Marília, 2000.
- AZEVEDO, Fernando. **A educação pública em São Paulo**. Inquérito para O Estado de São Paulo em 1926. Rio de Janeiro: Cia Editora Nacional, 1937.
- BENCOSTTA, Marcus L. A.. Arquitetura e espaço escolar: o exemplo dos primeiros grupos escolares de Curitiba. In: **Educar em Revista**, Curitiba n. 18, p. 103 – 141, 2001.
- BURKE, P. Cultura, tradição, educação. In: GATTI, JR., D. & PINTASSILGO, J. (orgs.). **Percursos e desafios da pesquisa e do ensino de História da Educação**. Uberlândia; EDUFU, 2007, p. 13-22.
- CARVALHO, Marta M. C. de. Reformas da instrução pública. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 225-251.
- CASTRO, Rosane M. **Vida e trabalho de professores primários: um estudo dos anuários do ensino do Estado de São Paulo: 1907 – 1927**. 2000. 183 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP, Marília, 2000.
- CATANI, Denice B. **Ensaio sobre a produção e circulação dos saberes pedagógicos**. 1994, 166f. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.
- DÓRIA, Sampaio. **Recenseamento escolar**. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Alarico Silveira, Secretário de Estado dos Negócios do Interior. Estado de São Paulo: [s.n], 1920.
- FARIA FILHO, Luciano M. **Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República**. Passo Fundo, UPF editora, 2000.
- GONÇALVES, Irlen A. **Cultura escolar, práticas e produção dos grupos escolares em Minas Gerais: 1891-1918**. 2004. 283 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2004.

ISOBE, Rogéria M. R. **Moldando as práticas escolares**: um estudo sobre os relatórios da inspeção técnica do ensino no triângulo mineiro: 1906-1911. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

LOPES, Antonio P. C. **Superando a pedagogia sertaneja**: Grupo Escolar, Escola Normal e modernização da escola primária pública piauiense (1908-1930). 2001. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2001.

NASCIMENTO, Jorge C. A escola no espelho: São Paulo e a implantação dos grupos escolares no estado de Sergipe. In: VIDAL, Diana G. **Grupos Escolares no Brasil**: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas: Mercado de Letras, 2006, p. 153- 171.

OLIVEIRA, J. F. **O ensino em São Paulo**: algumas reminiscências. São Paulo: Typ. Siqueira, 1932.

PEREIRA, Jardel C. **Grupo escolar de Lavras**: produzindo uma instituição modelar em Minas Gerais: 1907-1918. 2005. 424 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

PILETTI, Nelson. **A reforma Fernando de Azevedo: Distrito Federal, 1927-1930**. São Paulo: Faculdade de Educação – USP, 1982. (Estudos e Documentos, v. 20).

PINHEIRO, Antonio C. F. **Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba**. São Paulo: Autores Associados/ Universidade São Francisco, 2002.

POLYANTHÉA. **Centenário do Ensino Normal em São Paulo (1846 – 1946)**. São Paulo: [s/e], 1948.

REIS, Rosinete M. **Palácios da Instrução**. Institucionalização dos Grupos Escolares em Mato Grosso (1910-1927). 2003. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2003.

RODRIGUES, João L. Monografia Histórica da Escola Normal. In: SÃO PAULO. **Anuário do Ensino do Estado de São Paulo: 1907-1908**. Publicação organizada pela Inspeção Geral do Ensino por ordem do governo do Estado. São Paulo: Augusto Siqueira & C., [190?].

RODRIGUES, João L. **Um retrospecto**: alguns subsídios para a história pragmática do ensino público em São Paulo - Memória elaborada por ocasião do cinquentenário da Escola normal da capital. São Paulo: Instituto d. Anna Rosa, 1930.

SÃO PAULO. **Coleção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado (1889-1976).

SILVA, Vera L. G. Vitrines da República: os grupos escolares em Santa Catarina (1889-1930). In: VIDAL, Diana G. **Grupos Escolares no Brasil**: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas: Mercado de Letras, 2006, p. 341-376.

SOUZA, Gisele de. **Instrução, o talher para o banquete da civilização**: cultura escolar dos jardins de infância e grupos escolares no Paraná: 1900 – 1929. 2004. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

SOUZA, Rosa F. de. **Templos de civilização**: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo: 1889-1910. São Paulo: ed. UNESP, 1998.

SOUZA, Rosa F. **Alicerces da Pátria**: escola primária e cultura escolar no estado de São Paulo (1890-1976). Araraquara, 367f. 2006. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2006.

SOUZA, Rosa F.; FARIA FILHO, Luciano M. A Contribuição dos Estudos sobre Grupos Escolares para a Renovação da História do Ensino Primário no Brasil. In: VIDAL, Diana G. **Grupos Escolares no Brasil**: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas: Mercado de Letras, 2006, p. 21-56.

VIDAL, D. (org.). **Grupos Escolares**: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas: Mercado de Letras, 2006.

VOSS, Pedro. A instrução em São Paulo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 4-27 mar. 1914.

Recebimento em: 18/03/2011.
Aceite em: 13/05/2011.